



SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para elaboração de projetos de reforma do telhado edifício da Seção Judiciária de Roraima (SJRR), localizado na Avenida Getúlio Vargas, 3.999-Canarinho, Boa Vista/RR, incluindo documentos técnicos, especificações técnicas, planilhas de quantitativos e custos, planilhas de composição de custos unitários de serviços, composição de BDI e cronograma físico-financeiro.

1.2. Documentos a serem elaborados:

- Projeto Arquitetônico do Telhado (Reforma);
- Projeto de Estruturas Metálicas para Telhado;
- Projeto de Águas Pluviais (coleta das águas pluviais);
- Projeto de SPDA;
- Caderno de Especificações Técnicas/Memorial Descritivo;
- Planilhas Orçamentária Sintética de Quantitativos e Custos;
- Planilhas de Composição de Custos Unitários de Serviços;
- Cronograma Físico-Financeiro;
- Composição do BDI.

2. DOS OBJETIVOS

2.1 A contratação de empresa especializada na elaboração, desenvolvimento e detalhamento dos projetos de Arquitetura, Estrutura Metálica e SPDA do edifício da Justiça Federal de Roraima. Atualmente, o telhado existente é composto por estrutura de madeira com telhas tipo Kalhetão, apoiadas sobre a laje em concreto armado.

2.2 Além dos projetos, também deverão ser apresentadas as especificações técnicas, planilhas de quantitativos, memoriais descritivos dos projetos elaborados, que deverão ser de caráter executivo.

3. DA FINALIDADE E DAS JUSTIFICATIVAS

3.1 A presente contratação tem como objetivo a reforma e ampliação do telhado desta Seccional, de aproximadamente 2.400 m², em virtude da previsão de sobrecarga a ser gerada pela instalação de placas solares (futura contratação) e do desgaste ocorrido no telhado do imóvel devido às seguintes situações: intempéries naturais, tempo de utilização, tráfego de pessoas (para manutenção de split), dentre outros. As telhas do atual telhado são antigas e diversas estão com fissuras, necessitando de substituição. As madeiras que compõem a estrutura do telhado estão desgastadas, envelhecidas e ressecadas gerando empenamentos que provocam trincas e desencaixe das telhas.

3.2 Elaborar projeto de SPDA.

3.1 Após algumas reformas, alguns cabos foram desabilitados ou remanejados, tendo prejudicado todo o

sistema de proteção contra descargas atmosférica, sendo necessário a elaboração de novo projeto, conforme edificação existente.

4. CRITÉRIOS TÉCNICOS PARA O PROJETO

4.1 Os projetos a serem concebidos deverão obedecer rigorosamente às determinações dos relatórios técnicos apresentados, assim como seguir as diretrizes normativas da ABNT NBR 5410 - Instalações Elétricas de Baixa Tensão, NBR-5444 - Símbolos Gráficos para Instalações Elétricas, NBR 10067 - Princípios Gerais de Representação em Desenho Técnico, NBR 8800/2008 - Projeto de estruturas de aço e de estruturas mistas de aço e concreto de edifícios, NBR 15757-5/2013 - Edificações habitacionais Desempenho Parte 5: Requisitos para sistemas de coberturas, NBR 5419 - Proteção contra descarga atmosférica, NBR 14762 - Dimensionamento de estruturas de aço constituídas por perfis formados a frio, NBR 6123 - Forças devidas ao vento em edificações, NBR 14513 - Telhas de aço revestida de seção ondulada, assim como todas as normas correlacionadas ao objeto da licitação.

4.2 A elaboração dos projetos deverá atender também às seguintes Normas e Práticas Complementares:

4.2.1. Práticas de Projeto, Construção e Manutenção de Edifícios Públicos Federais;

4.2.2. Normas da ABNT e do INMETRO;

4.2.3. Códigos, Leis, Decretos, Portarias e Normas Federais, Estaduais e Municipais, inclusive normas de concessionárias de serviços públicos;

4.2.4. Instruções e Resoluções dos Órgãos dos Sistemas CONFEA.

5. DA LICITAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

5.1. O objeto a ser contratado enquadra-se na categoria de bens e serviços comuns de engenharia e, não sendo o caso de dispensa ou inexigibilidade de que tratam os arts. 24 e 25 da LLCA, o procedimento ocorrerá por Pregão Eletrônico.

5.2. A forma de adjudicação deverá ser global, uma vez que seu fracionamento dificulta o gerenciamento e fiscalização, assim como de possível responsabilização por imperícia técnica.

5.3. O critério de julgamento do procedimento licitatório deverá ser o menor preço, seguindo os critérios de formação e aceitabilidade de preços constantes no art. 13 do Decreto Lei N. 7.983/2013, destacando que o valor global da proposta da proponente deverá ficar abaixo ou igual ao valor constante no item CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA deste Termo de Referência.

6. DO REGIME DE EXECUÇÃO

6.1. Empreitada por Preço Global.

7. DA VISTORIA

7.1. Às empresas interessadas será facultada a realização de visitas aos locais de execução dos serviços, mediante agendamento junto à SESEG pelo fone (95) 2121-4229 ou pelo e-mail seseg.rr@trf1.jus.br para esclarecimentos de dúvidas relacionadas ao objeto licitado, bem como para verificar todas as informações relativas à sua descrição.

7.2. As licitantes não poderão alegar desconhecimento das características técnicas dos serviços, mesmo que optem por não vistoriar os locais onde os serviços serão executados.

7.3. Sugerimos fortemente a realização da vistoria pela licitante antes da elaboração da proposta.

7.4. Será de responsabilidade da Contratada a ocorrência de eventuais prejuízos em virtude de sua omissão na verificação dos locais de instalação, com vistas a proteger o interesse da Administração na fase de execução do contrato.

7.5. O silêncio da licitante quanto à vistoria, ao teor deste Termo de Referência ou edital licitatório, dentro do prazo adequado anterior à licitação, importará na sua aceitação total e irrestrita a todos os termos do edital como um todo, e, em assim sendo, não serão aceitas impugnações ou recursos posteriores ao prazo hábil atinentes à matéria;

7.6. Caso o licitante opte pela não realização da vistoria, deverá emitir declaração própria, assinada por representante ou preposto, dando fé que conhece todos os elementos técnicos necessários ao cumprimento do objeto desta licitação, estado ciente das condições físicas, responsabilizando-se integralmente, também pela execução do objeto nas condições descritas neste Termo de Referência e no Edital, não podendo alegar posteriormente desconhecimento das condições existentes.

8. DA HABILITAÇÃO

8.1 A empresa interessada deverá estar com a **DOCUMENTAÇÃO OBRIGATÓRIA** em plena validade, a saber:

- Certidão de Regularidade com o FGTS;
- Certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT;
- Certidão Negativa de Débitos relativos a créditos tributários federais e à dívida ativa da União.

9. DOS CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO TÉCNICA

9.1. Para comprovação de sua qualificação técnica, as Licitantes deverão apresentar os seguintes documentos:

- a. Registro ou inscrição da Pessoa Jurídica expedida pela entidade profissional competente (CREA/CAU);
- b. Certidão de Registro junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, que comprove a situação regular do engenheiro/arquiteto ou da empresa de engenharia/arquitetura e do seu responsável técnico junto à entidade;
- c. Apresentar Atestado de Capacidade Técnica do profissional que irá ser o Responsável Técnico pela execução dos serviços, devidamente registrado no CREA/CAU, fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que não o próprio licitante, que comprove a execução de serviços compatíveis com o objeto a ser licitado, tal exigência limita-se a 40% do quantitativo do objeto.

9.2. Somente serão aceitos atestados e cópias de contratos expedidos após a conclusão do contrato/serviço ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

9.3. Em decorrência da simplicidade do objeto desta licitação, não será necessária a apresentação de estudo preliminar e anteprojeto.

10 CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

10.1 A empresa ou profissional licitante deverá apresentar, com a devida indicação de seu autor e respectiva assinatura, proposta que contenha os seguintes documentos:

- a. Preços global para a execução dos serviços objeto deste Termo de Referência;
- b. Prazo de execução;
- c. Validade da proposta.

10.2. A formatação do cronograma físico-financeiro e da proposta das Licitantes não deverá ultrapassar o prazo de **60** (sessenta) dias corridos.

10.3. O valor global das propostas das Licitantes não poderá ser maior que **R\$65.395,00 (sessenta e cinco mil trezentos e noventa e cinco reais)**. As propostas apresentadas acima deste valor serão desclassificadas.

10.4. Conforme Acórdão TCU 2.622/2013, os itens componentes do BDI estão descritos no ANEXO V.

10.5 As empresas optantes pelo Simples Nacional deverão apresentar os percentuais de ISSQN, PIS e COFINS, discriminados na composição do BDI, que sejam compatíveis com as alíquotas que a empresa está obrigada a recolher, previstas no Anexo V da Lei Complementar n. 123/2006. A composição de encargos sociais, não deverá incluir os gastos relativos às contribuições que essas empresas estão dispensadas de recolhimento, conforme dispõe a referida Lei Complementar.

10.6. Os licitantes encaminharão, unicamente por meio eletrônico, via sistema próprio, concomitantemente com os documentos de habilitação, a proposta orçamentária (planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro, composição do BDI e composição dos encargos sociais) até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

10.7. As licitantes, antes de apresentarem suas propostas, deverão analisar toda a documentação referente à licitação, dirimindo, oportunamente, todas as dúvidas, de modo a não incorrerem em omissões que não poderão ser alegadas em favor de pretensões de acréscimos dos preços propostos.

10.8. Possíveis indefinições, omissões, falhas ou incorreções das especificações ora fornecidas não poderão, em nenhuma hipótese, constituir pretexto para a Contratada cobrar “serviços extras” e/ou alterar a composição do seu preço. Considerar-se-á a Contratada como profundamente conhecedora dos serviços objeto da contratação, o que significa que deverão ser computados, no preço proposto, todos os custos diretos e indiretos, impostos, contribuições, taxas, encargos sociais etc., necessários à completa execução dos serviços.

10.9. A administração poderá realizar diligências, a seu critério, notadamente no caso de constatar que o valor cotado apresente indícios de inexequibilidade.

11 CONSIDERAÇÕES GERAIS

11.1 A empresa contratada deverá providenciar **o pagamento de todos os documentos impressos** (jogos de projetos e documentos A4), **pagar as taxas de ART dos responsáveis técnicos** e acompanhamento nos órgãos competentes para aprovação e legalização dos projetos, devendo estes **custos estarem inclusos em suas propostas**.

11.2 Após a aprovação e a legalização dos projetos pela **SESEG-RR** os referidos projetos não mais poderão ser alterados substancialmente. Caso haja modificações, no decurso da obra, em decorrência da não observância das normas e legislações vigentes, no caso da não compatibilidade do projeto com a realidade, a empresa contratada deverá providenciar a legalização das modificações nos órgãos competentes sem ônus, de novos documentos impressos e mobilização, para a SJRR.

11.3 A empresa contratada e os respectivos profissionais responsáveis pelo projeto deverão ficar cientes de que os mesmos serão solicitados a qualquer momento pela SESEG/SJRR e/ou pelas futuras empresas contratadas para execução das obras, a prestar esclarecimentos e dirimir as dúvidas que por ventura apareçam sobre os projetos e especificações.

11.4 A contratada durante a execução do contrato, deverá atender aos chamados para reuniões, presenciais e/ou telepresenciais, com toda a equipe técnica e a fiscalização, em decorrência da análise do projeto, no edifício sede da SJRR, bem como das reuniões extraordinárias no prazo máximo de 5 dias úteis a contar da emissão de solicitação de visita da equipe. (Que poderá ser via e-mail).

11.9 A contratada deverá apresentar ART/RRT dos serviços realizados, dos Conselhos Regionais correlatos em até 5 dias após emissão da Ordem de Serviços.

11.10 A contratante disponibilizará arquivos em formato DWG (planta baixa, cortes, fachadas e etc.), a fim de facilitar os serviços da CONTRATADA.

12 ORIENTAÇÕES QUANTO AO CONTEÚDO DO PROJETO E DOCUMENTOS

12.1 PROJETO ARQUITETÔNICO:

- Elaboração de jogo de desenhos do projeto de arquitetura da intervenção necessária a ser executada no edifício anexo, atualizados conforme levantamento da edificação;
- Detalhar quadro de legenda alfanumérico, contendo todos os serviços a serem executados com suas especificações, etapas e materiais utilizados;
- Deverá ser entregue jogo completo do projeto arquitetônico, contendo todas as anotações de ajustes e / ou alterações ocorridas, contendo:
- Implantação - Plantas de cobertura - Cortes - Fachadas;
- Essa juntada deve contemplar com exatidão, por meio de plantas, todos os serviços executados e especificações detalhadas dos insumos utilizados (materiais, cores etc.);-Para a manutenção, conservação, reforma e futuras ampliações do objeto entregue.
- Além da ART/RRT, a contratada irá assinar o Termo de Responsabilidade Técnica da SJRR onde ficará lavrado a responsabilidade da empresa na elaboração do projeto/serviço, especificações técnicas e levantamento dos quantitativos e preços de serviços e matérias.
- O projeto de arquitetura deverá ser aprovado na Prefeitura Municipal de Boa Vista-RR.

12.2 PROJETO DE ESTRUTURAS METÁLICAS DE COBERTURA:

- O projeto deverá conter todos os detalhamentos das coberturas do edifício desta SJRR, devendo ser calculado as inclinações, calhas e descidas pluviais do sistema existente, alterando-se apenas a estrutura, apoio na laje e telhas;
- Neste projeto deverá se computado o acréscimo de carga previsto para instalação de placas solares. **Um estudo da estrutura da laje deverá ser feito para atender aos padrões de segurança estruturais previstos na norma NBR-6118/2014;**
- No projeto, deverão constar a planta baixa de marcação das treliças metálicas, planta baixa de lançamento das terças metálicas, planta baixa de marcação da paginação das telhas termoacústicas, planta de locação dos apoios das treliças nas lajes, lista detalhada dos materiais, legenda, e instruções de execução;
- Priorizar os perfis soldados para concepção das estruturas, terças e calhas;
- Prever terça de apoio acima das telhas para fixação futura de placas solares;
- Deverá atender às exigências das normas da ABNT, normas de estrutura metálica;
- Memorial descritivo do projeto, caderno de especificações e relação completa de materiais, incluindo memórias de cálculo. ART junto ao CREA ou CAU com detalhamento descritivo das atribuições técnicas por profissional, segundo exigências do CREA;
- Planilha de quantitativos e preços dos materiais e serviços, de forma mais setorizada possível, dividida por áreas de edificações (bloco ou pavimento), além da planilha de somatória geral;
- Composições de custo unitário de serviços discriminando separadamente material de mão de obra, mostrando no final a somatória (em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários conforme padrão utilizado pela PINI/TCPO ou similar);
- Além da ART/RRT, a contratada irá assinar o Termo de Responsabilidade Técnica da SJRR onde ficará lavrado a responsabilidade da empresa na elaboração do projeto/serviço, especificações técnicas e levantamento dos quantitativos e preços de serviços e matérias.

12.3 ORÇAMENTO DESCRITIVO E COMPOSIÇÕES

- O orçamento deverá ser detalhado com cronograma físico-financeiro para licitação da execução

da obra de reforma, **incluindo planilha de composição do BDI**, com indicação dos índices, assinado por profissional habilitado e com registro no órgão técnico competente – ART do CREA ou RRT do CAU.

- O orçamento deverá atender o Decreto 7.983/2013 e Acórdão 2.622/2013 do TCU para BDI –especificamente, seja utilizada a tipologia construção de edifícios;
- Composição de todos os custos unitários da planilha, com indicação do item de referência utilizado para cada serviço, devendo as cotações ser limitadas aos preços indicados nas fontes de consulta, com a seguinte ordem de preferência: a) Mediana de preços do SINAPI; b) e por pesquisas de mercado, sendo estas no mínimo 3 cotações válidas;
- As especificações técnicas de todos os materiais e equipamentos a serem empregados na reforma deverão ser completas, claras e detalhadas, com indicação de qualidade, quantidade, cor, formato, acabamento e, sempre que cabível, acessórios, capacidade, potência, consumo, composição, resistência, precisão, rendimento, durabilidade, segurança, funcionalidade, acompanhamento tecnológico, compatibilidade de especificações de desempenho, padronização, adoção de normas técnicas, observância de leis e atos normativos que regulam o fornecimento dos bens, prazo de garantia, ergonomia, condições de manutenção, condições de assistência técnica, forma de armazenamento;
- A indicação de marcas ou fabricantes poderá estar contida nas especificações técnicas desde que sejam imprescindíveis para apontar as características mínimas de aceitabilidade do material ou equipamento e terão caráter meramente referencial;
- Além das especificações completas dos materiais, deverão ser especificados todos os serviços a serem executados na obra, com indicação dos procedimentos e métodos de execução de acordo com as normas pertinentes e com as recomendações dos fabricantes;
- Nas especificações dos materiais, equipamentos e serviços deverão ser observados critérios de sustentabilidade ambiental, com o objetivo de reduzir os impactos à saúde humana, meio ambiente e direitos humanos;
- As planilhas para orçamentação deverão expressar os quantitativos precisos dos materiais, equipamentos e serviços que serão necessários para executar a obra;
- Nas planilhas de quantificação, deverão ser evitadas unidades genéricas como verba, conjunto, ponto ou similares;
- Apresentar a composição dos encargos sociais de horistas e mensalistas;
- Providenciar junto ao CREA a ART da planilha orçamentária;

12.4 MEMORIAL DESCRITIVO

O memorial descritivo deverá conter:

Informações técnicas necessárias à caracterização de cada serviço, dos componentes construtivos e dos materiais de construção;

Especificações detalhadas, definindo com clareza e precisão:

- Características dos materiais a serem utilizados, sendo que marcas ou modelos serão meramente referenciais e poderão ser substituídos pelos rigorosamente equivalentes, ou seja, com mesma função e desempenho técnico;
- Procedimentos de execução;
- Aspecto e desempenho final desejados;
- Descrição pormenorizada de cada uma das instalações, detalhando suas características técnicas, seus princípios de funcionamento, bem como, todas as recomendações necessárias, quanto às técnicas ideais de execução e aos padrões exigidos pelas diversas concessionárias locais;

- Deverá conter planilha geral de quantitativos.

13 ETAPAS DO DESENVOLVIMENTO DOS SERVIÇOS

13.1 **Etapa 1** – Projetos Básicos, Especificações Técnicas, Planilha de Quantitativos, Orçamento, Composição de Preços Unitários e Cronograma Físico-Financeiro da obra.

13.2 **Etapa 2** – Projetos Executivos, Especificações Técnicas, Planilha de Quantitativos, Orçamento, Composição de Preços Unitários e Cronograma Físico-Financeiro da obra.

13.3 O projeto deverá ser elaborado sempre com o acompanhamento de técnicos designados pela Contratante, os quais darão o aceite para cada estágio da concepção das edificações, desde seus estudos preliminares até a proposta final.

13.4 O material descrito acima deverá ser entregue em mídia digital e analógica. A parte digital deverá estar integralmente contida em um CD ou DVD, com os arquivos de desenho em formato DWG, MAX e PDF, as imagens em JPG ou TIF com alta resolução que permita sua impressão sem perda de qualidade, os textos em DOC e PDF e as planilhas em XLS e PDF. Já no que se refere ao material analógico, todos os desenhos (expressos em escala adequada) deverão estar plotados em papel sulfite (1 via), de dimensões que permitam suas perfeitas compreensões e manuseios. Os textos e planilhas serão impressos, em uma via, em papel sulfite ou similar, no formato A4.

13.5 O projeto em questão deverá estar rigorosamente de acordo com as leis e normas que os regulam, não havendo, portanto, desconformidades legais nas esferas de licenciamento de âmbito municipal, estadual e federal.

13.6 O aceite do projeto será concedido pela Contratante, podendo esta solicitar a complementação de informações, se assim julgar necessário.

14 PRAZOS E ETAPAS PARA O DESENVOLVIMENTO DOS SERVIÇOS

14.1 Etapa 01: O prazo de entrega do produto referente à Etapa 1 será de **30 dias** consecutivos, contados a partir da data assinatura do contrato e emissão da ordem de serviço.

14.2 Etapa 02: O prazo de entrega do produto referente à Etapa 2 será de **30 dias** consecutivos, contados a partir da data de entrega da Etapa 1.

14.2 Prazos para análises (SESEG): Recebimento provisório - 5 dias; Recebimento definitivo - 5 dias;

14.3 Prazo total para execução do contrato: 60 dias.

14.2 A contratada, a critério da fiscalização, poderá ser solicitada a apresentar e atualizar cronograma detalhado da elaboração dos serviços.

15 PREÇO DOS SERVIÇOS

15.1 O preço máximo estimado dos serviços será de R\$65.395,00 (sessenta e cinco mil trezentos e noventa e cinco reais) com BDI.

15.2 O pagamento será realizado em parcela única após entrega e aprovação do objeto contratado.

16 DO RECEBIMENTO/ACEITE DOS PRODUTOS E SERVIÇOS

16.1. Termo de Recebimento Provisório (TRP) –em até 5 (cinco) dias a partir da comunicação escrita da Contratada confirmando a finalização dos serviços, e o correspondente aceite pelo Contratante.

16.2. Termo de Recebimento Definitivo (TRD) –em até 5 (cinco) dias, comprovada a adequação do objeto aos termos contratuais, após a emissão do Termo de Recebimento Provisório.

16.3. A forma, bem como os agentes, referentes aos TRP e TRD seguirão os ditames dos incisos do art. 73 da Lei 8.666/93.

16.4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

16.5. A entrega dos serviços fora do prazo estabelecido e/ou de forma incompleta ou com falhas poderá ensejar em penalidade.

17. DO PROCEDIMENTO PARA PAGAMENTO

17.1. DO DOCUMENTO DE COBRANÇA

17.2. Para efeitos de pagamento, a empresa vencedora deverá apresentar documento de cobrança constando de forma discriminada a efetiva realização dos serviços executados, informando o nome e número do banco, a agência e o número da conta corrente em que o crédito deverá ser efetuado.

17.3. A empresa vencedora deverá apresentar juntamente com o documento de cobrança a comprovação de que cumpriu as seguintes exigências, cumulativamente:

17.4. Declaração de Opção do Simples Nacional;

17.5. Certidão de regularidade com o FGTS (FGTS-CRF);

17.6. Certidão de regularidade com a Fazenda Federal e com a Seguridade Social (CONJUNTA);

17.7. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

17.8. Caso o objeto contratado seja faturado em desacordo com as disposições previstas no Contrato sem a observância das formalidades legais pertinentes, a empresa vencedora deverá emitir e apresentar novo documento de cobrança, não configurando atraso no pagamento.

17.10. Após o atesto do documento de cobrança, que deverá ocorrer no prazo de até 10 (dez) dias úteis contado do seu recebimento, o gestor do contrato deverá encaminhá-lo para pagamento.

18 DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

18.1 Proceder, através de técnicos habilitados, à fiscalização da execução e, posteriormente, o recebimento dos serviços.

18.2 Rejeitar os serviços que não atendam aos requisitos constantes das especificações deste Termo de Referência.

18.3 Efetuar o pagamento na forma e no prazo estabelecido no Edital.

18.4 Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, por representante da Administração, que atestará as notas fiscais para fins de pagamento, comprovado o fornecimento de forma correta.

18.5 Notificar a Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas nos serviços, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias.

18.6 Permitir aos funcionários da Contratada o livre acesso às suas dependências, de modo a viabilizar a execução dos serviços, durante o horário de expediente.

18.7 Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela Contratada.

19 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

19.1 A Contratada deverá executar os serviços rigorosamente de acordo com o disposto neste Termo de Referência, em conformidade com documentos anexos e demais elementos que integrem o Edital de Licitação.

19.2 A Contratada deverá previamente registrar os serviços no CAU e/ou CREA, cuja cópia da RRT e/ou ART deverá ser entregue à fiscalização, antes do início da execução dos serviços.

19.3 A Contratada deverá previamente designar o responsável pela execução dos serviços (durante todo o período de execução dos mesmos), o qual deverá recair em profissional habilitado (engenheiro e /ou arquiteto) devidamente registrado no CREA e/ou CAU.

19.4 Manter quadro de pessoal suficiente para atendimento dos serviços, conforme previsto no contrato, sem interrupção, seja por motivo de férias, licença, falta ao serviço e desligamento de empregados.

19.5 Participar de reuniões técnicas a serem realizadas na Seção de Projetos e Acompanhamento de Obras, quantas forem necessárias, previamente agendadas e acordadas entre as partes, no período de elaboração dos projetos.

19.6 Efetuar as correções de falhas nos desenhos técnicos e especificações, encontradas no momento de utilização do projeto, sem ônus para a SJRR, mesmo após aceitação do serviço pela SESEG, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da abertura do chamado.

19.7 Os projetos somente poderão ser modificados com autorização prévia e expressa da SESEG-RR.

19.8 Serão por conta da contratada os materiais necessários à execução de todos os trabalhos, assim como toda a mão-de-obra (incluindo obrigações sociais e trabalhistas), além dos equipamentos indispensáveis à boa execução dos serviços, entre eles os Equipamentos de Proteção Individual - EPIs, quando necessários, e que, além de serem fornecidos, devem ter seu uso garantido pela contratada, de acordo com a NR18.

19.9 A contratada, responsabilizar-se-á pelas alterações que se fizerem necessárias, quando solicitadas para aprovação nesta SEÇÃO JUDICIÁRIA, quando necessário.

19.10 A contratada deverá levantar junto aos órgãos competentes as licenças, taxas entre outras, as quais deverão ser incluídas nos custos da planilha orçamentária de execução dos serviços, quando necessário.

19.11 **Todas as despesas necessárias à aprovação dos projetos correrão por conta da contratada,** quando necessário;

19.12 **Efetuar o pagamento de todos os impostos, taxas e demais obrigações** fiscais incidentes ou que vierem a incidir sobre o objeto do Contrato, até o recebimento definitivo dos serviços.

19.13 Acatar todas as exigências da Contratante, sujeitando-se a sua ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas.

19.14 Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos que se fizerem necessários ao bom esclarecimento ou supressões impostas aos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.

19.15 Cumprir todas as orientações da Contratante para a fiel prestação dos serviços.

19.16 Reparar, corrigir ou substituir pranchas e documentos, às suas expensas, no total ou em parte, nas quais se verificarem defeitos ou incorreções resultantes da não observação das normas técnicas vigentes, visto que rasuras não serão admitidas.

19.17 A Contratada é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade mesmo existindo fiscalização ou acompanhamento pela Contratante.

19.18 Manter, durante a vigência do Contrato, as condições de habilitação e qualificação necessárias para a contratação com a Administração Pública, apresentando sempre que exigidos os comprovantes de regularidade fiscal, jurídica, técnica e econômica;

19.19 Comunicar à Contratante, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, os motivos justificadores que eventualmente impossibilitem a prestação dos serviços no prazo estipulado, para a avaliação da sua pertinência ou não pelo fiscal.

19.20 Comunicar à Contratante toda e qualquer irregularidade ocorrida ou observada durante a prestação dos serviços.

19.21 A contratada ficará obrigada a empregar na execução dos serviços, funcionários especializados, bem como a afastar, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após o recebimento de notificação, qualquer deles em que o CONTRATANTE identifique conduta inconveniente ou desempenho insatisfatório.

19.22 Cumprir fielmente o Contrato de forma que os serviços contratados sejam realizados com esmero e perfeição, dentro dos prazos pactuados.

20 DA GARANTIA

20.1 Objetivando assegurar o fiel cumprimento deste contrato, a Contratada deverá apresentar a garantia contratual a seguir identificada, numa das modalidades previstas no § 3º do art. 56 da Lei 8.666/93, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da assinatura deste contrato.

20.1.1 A Garantia será no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

20.1.2 O prazo de garantia deverá abranger o período de execução do contrato e se estender por até 3 (três) meses após o término final da vigência do contrato.

20.1.3 No caso de apresentação de garantia na modalidade caução em dinheiro, a Contratada deverá efetuar o depósito na Caixa Econômica Federal, em conta específica e com correção monetária, em favor do Contratante.

20.2 É obrigação da Contratada fazer constar do documento de garantia, expressamente sua vinculação a esta cláusula contratual.

20.3 A garantia deverá ser renovada/endossada a cada prorrogação ou alteração, reajustes/repactuações do contrato, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura do termo aditivo ou da notificação, na hipótese de reajustes/repactuações realizados mediante apostila ao contrato.

20.4 A garantia, independente da modalidade escolhida, deverá assegurar:

20.4.1 Pagamento imediato pela ocorrência de quaisquer eventos danosos previstos no contrato, notadamente os relativos a multas moratórias e/ou compensatórias, mediante simples apresentação, pelo Contratante, do valor apurado ou fixado de acordo com as pertinentes cláusulas deste contrato.

20.4.2 Cobertura de prejuízos causados ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo da Contratada na execução do contrato, apurados em regular processo administrativo, até o limite previsto no subitem 20.1.1.

20.4.3 Obrigações fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela Contratada.

20.4.4 Renúncia expressa aos benefícios do art. 827 do Código Civil Brasileiro, na hipótese de apresentação de garantia na modalidade de fiança bancária (Lei nº 10.406/2002).20.5.

20.5 Não se admitirá garantia que exclua a obrigação prevista no subitem 20.4 ou que condicione a efetiva cobertura à participação ou interveniência do garantidor em processo administrativo instaurado contra a Contratada.

20.6 No caso de penalidade imposta pelo Contratante, basta a apresentação da decisão final exarada no processo administrativo para que o correspondente valor seja recolhido ao erário, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, na forma fixada pelo Contratante, independentemente de anuência, autorização ou manifestação da Contratada.

20.7 Sancionado a Contratada, caso este não realize o pagamento no prazo fixado, correspondente ao valor será exigido do garantidor mediante simples comunicação escrita.

20.8 Se o valor da garantia ou parte desta for utilizado para pagamento dos eventos indicados nos subitens 20.4.1, 20.4.2 e 20.4.3 desta cláusula, obriga-se a Contratada a efetuar a respectiva reposição ou complementação, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação

feita pelo Contratante.

20.9 Em caso de alteração do contrato, a Contratada deverá apresentar nova garantia na mesma modalidade da anterior ou complementar a já existente, no prazo previsto no subitem anterior.

20.10 Caso a Contratada não cumpra o disposto nos itens anteriores, dentro do prazo estipulado, ficará sujeita às penalidades contratuais cabíveis.

20.10.1 Nesta hipótese, o Contratante poderá reter cautelarmente o valor da garantia dos pagamentos devidos, até a apresentação da garantia, sendo todo o ônus decorrente de responsabilidade da Contratada.

20.11 A garantia, ou seu saldo, será liberada ou restituída, desde que cumpridas todas as obrigações contratuais.

20.11.1 Na hipótese de não pagamento ou irregular pagamento de verbas rescisórias trabalhistas decorrentes desta contratação, a garantia será utilizada para essa finalidade diretamente pela Administração, especialmente se esse inadimplemento for verificado até o segundo mês após o encerramento da vigência contratual.

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. A inexecução parcial ou total do objeto deste contrato e a prática de qualquer dos atos indicados na Tabela 2 - Tipos de Ocorrências e Grau de Penalidades, além daqueles determinados pela gestão do contrato, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão da CONTRATADA, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na legislação vigente e no contrato, observando-se o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

21.1.1. Advertência;

21.1.2. Multa;

21.1.3. Impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de até 5 (cinco) anos.

21.2. Será aplicada a sanção de **advertência** nas seguintes condições:

1. Descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, e nas situações que ameacem a qualidade do produto ou serviço, ou a integridade patrimonial ou humana, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave;
2. Outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços da Justiça Federal, a critério do Gestor do Contrato, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave;
3. A qualquer tempo, se constatado atraso de até 20% (vinte por cento), comparando-se o que foi efetivamente executado pela CONTRATADA e o prazo das etapas constante neste Termo de Referência.

21.3. Será aplicada **multa** nas seguintes condições:

1. Nas ocorrências relacionadas na Tabela 2 - Tipos de Ocorrências e Grau de Penalidades;
2. Caso haja a inexecução parcial do objeto, será aplicada multa de até 10% (dez por cento) do valor do contrato;
3. Para o atraso injustificado na execução do objeto será aplicada a multa correspondente a 0,20% por dia de atraso, limitada a 10% do valor total do contrato.

21.4. Será configurada a **inexecução parcial** do objeto, quando:

1. A CONTRATADA deixar de executar, ao término do prazo fixado para a conclusão do serviço, 30% dos produtos a serem entregues no total das etapas;
2. Ocorrer a execução, a qualquer tempo, de percentual inferior a 50% dos produtos a serem

entregues no total das etapas;

3. A CONTRATADA abandonar a execução dos serviços, sem justificativa, por 05 (cinco) dias úteis consecutivos ou 10 (dez) dias úteis intercalados.

21.5. Será configurada a **inexecução total** do objeto quando houver atraso injustificado para início dos serviços por mais de 15 (quinze) dias corridos em relação aos prazos estipulados neste instrumento.

21.6. Será configurado **atraso injustificado** na execução do objeto, quando:

1. A CONTRATADA executar menos de 70% do previsto dos produtos a serem entregues no total das etapas.
2. A CONTRATADA não concluir o serviço no período previsto neste Termo de Referência, exceto quando aprovada a prorrogação de prazo pela Fiscalização, mediante pedido prévio devidamente justificado pela CONTRATADA.

21.7. Além das multas previstas, poderão ser aplicadas multas, conforme previsto no *caput* desta cláusula, segundo grau e eventos descritos nas Tabelas 1 e 2 abaixo:

Tabela 1 - Grau e correspondência da Penalidade

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	R\$1.000,00
2	R\$2.000,00
3	R\$3.000,00

Tabela 2 - Tipos de Ocorrências e Grau de Penalidades

INFRAÇÃO		GRAU
ITEM	DESCRIÇÃO	
1	Fornecer informação pérfida de serviço após primeira comunicação da fiscalização; por ocorrência.	1
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais; por ocorrência.	2
3	Recusar-se a executar serviço determinado pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado; por ocorrência.	3
Para os itens a seguir, DEIXAR DE :		
5	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	1
7	Refazer serviço não aceito pela FISCALIZAÇÃO, nos prazos estabelecidos no contrato ou determinado pela FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	2

8	Cumprir com quaisquer obrigações previstas em cláusulas específicas deste instrumento; por ocorrência.	3
---	--	---

21.8. O somatório de todas as multas aplicadas ao longo da execução contratual não poderá ultrapassar o percentual de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato. Atingido este limite, a CONTRATANTE poderá declarar a inexecução total do contrato.

22. DA PROPRIEDADE

22.1. Direito de Propriedade:

22.2. A CONTRATADA cederá à SJRR o direito patrimonial e a propriedade intelectual em caráter definitivo dos projetos desenvolvidos e resultados produzidos decorrentes desta licitação, entendendo-se por resultados quaisquer estudos, relatórios, descrições técnicas, protótipos, dados, esquemas, plantas, desenhos, diagramas, roteiros, tutoriais, fontes dos códigos dos programas em qualquer mídia, páginas na Intranet e Internet e qualquer outra documentação produzida no escopo da presente contratação, em papel ou em formato digital.

23. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

23.1. Especificar, quando possível, produtos que possuem eficiência energética que sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável;

23.2. Indicar na descrição do objeto ou nas obrigações da contratada do projeto para contratação de obras e serviços de Engenharia, que devem ser observadas, no que couber, as normas do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO, as normas da ABNT e outras normas de qualidade ou certificações nacionais e públicas, bem como como o Manual de Sustentabilidade nas compras e Contratos do Conselho da Justiça Federal.

24 DISPOSIÇÕES FINAIS

24.1 Fica facultado ao Contratante enviar toda e qualquer correspondência/comunicação, informação, notificação, intimação ou documentos diversos ao e-mail cadastrado no contrato, ou outro que o substitua, desde que apontado formalmente pela Contratada.

24.1.1.A Contratada responsabiliza-se pela manutenção do e-mail informado.

24.1.2.A inobservância do disposto nesta cláusula não isenta a Contratada por ônus decorrente do não conhecimento de correspondência/comunicação/ informação/ notificação/ documentos encaminhados.

25 ANEXOS

25.1 É parte integrante deste Termo de Referência:

ANEXO I - PROJETO DE ARQUITETURA ([16489996](#));

ANEXO II - PLANILHA ESTIMATIVA DE CUSTOS ([16494010](#));

ANEXO II - CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO ([16490019](#));

ANEXO IV - SINAPI - ENCARGOS SOCIAIS - RR ([16490028](#));

ANEXO V - COMPOSIÇÃO DO BDI ([16493760](#)).



Documento assinado eletronicamente por **Altino da Silva Neto, Supervisor(a) de Seção**, em 12/09/2022, às 09:46 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Edimilson Laercio Silva de Almeida Neto, Assistente Adjunto III**, em 12/09/2022, às 12:32 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.trf1.jus.br/autenticidade> informando o código verificador **16495590** e o código CRC **786A34AF**.

Av. Getúlio Vargas, 3999 - Bairro Canarinho - CEP 69306-545 - Boa Vista - RR - www.trf1.jus.br/sjrr/
0000769-88.2022.4.01.8013

16495590v13

Criado por [rr20032](#), versão 13 por [rr20032](#) em 12/09/2022 09:46:17.